

PRESIDÊNCIA

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **JANEIRO/2025 a DEZEMBRO/2025**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.000

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	

	jan/25	fev/25	mar/25	abr/25	mai/25	jun/25	jul/25	ago/25	set/25	out/25	nov/25	dez/25	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	208.573	208.676	212.526	214.815	252.110	232.090	222.214	227.385	227.473	227.253	229.513	420.044	2.882.671	-
Pessoal Ativo (Notas 1 e 2)	170.436	170.515	173.154	175.232	212.096	192.033	182.530	187.674	187.631	187.391	187.563	339.125	2.365.379	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	144.482	144.185	146.722	148.964	184.574	164.107	154.817	159.659	158.616	158.922	159.018	282.905	2.006.972	-
Obrigações Patronais	25.954	26.329	26.432	26.268	27.522	27.926	27.712	28.015	29.015	28.469	28.545	56.220	358.407	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	38.137	38.161	39.372	39.583	40.015	40.058	39.684	39.710	39.842	39.862	41.950	80.919	517.292	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	28.767	28.807	29.836	29.966	30.332	30.389	30.021	30.078	29.947	30.070	32.074	61.907	392.192	-
Pensões	9.369	9.354	9.537	9.617	9.683	9.668	9.663	9.633	9.895	9.792	9.876	19.012	125.100	-
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	59.557	53.629	57.893	58.553	57.414	56.675	56.091	56.618	56.746	56.659	66.521	120.742	757.097	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (Nota 3)	-	-	-	24	-	-	-	-	-	-	-	-	24	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	21.420	15.467	18.856	19.660	17.400	16.617	16.407	16.907	16.904	16.798	24.571	39.823	240.831	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Notas 4 e 5)	38.137	38.161	39.036	38.869	40.015	40.058	39.684	39.710	39.842	39.862	41.950	80.919	516.243	-

Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	149.016	155.048	154.633	156.263	194.696	175.415	166.123	170.767	170.727	170.593	162.991	299.302	2.125.574	-	-

R\$1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	47.205.580.146,41	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	24.195.212,97	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16º, da CF) (VI)	40.432.204,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	-	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	47.140.952.729,44	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (X) = (III a + III b)	2.125.574.403,01	4,51
LIMITE MÁXIMO (XI) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	2.828.457.163,77	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (XII) = (0,95 x XI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.687.034.305,58	5,70
LIMITE DE ALERTA (XIII) = (0,90 x XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.545.611.447,39	5,40

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 28/01/2026.

Nota1. Deduzido da despesa bruta com Pessoal Ativo, o valor referente ao pessoal cedido a outros órgãos, no montante de R\$ 4.003.437,56 (jan/25 a dez/25), sendo R\$ 3.165.166,98 de Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis e R\$ 838.270,58 de Obrigações Patronais, conforme previsto no MDF da Secretaria do Tesouro Nacional. Para tanto, o critério adotado foi considerar o valor da despesa por competência, que compreende o valor a receber e recebido a título de ressarcimento.

Nota2. Em razão dos Acórdãos TC nº 355/18 e nº 1.344/14 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, os valores abaixo discriminados que possuem natureza indenizatória classificados no Grupo 1-Pessoal e Encargos Sociais, não foram considerados na apuração da Despesa Bruta com Pessoal de que trata o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Licença-prêmio em pecúnia	R\$ 975.521,83
Férias indenizadas	R\$ 14.043.063,68
TOTAL DA EXCLUSÃO	R\$ 15.018.585,51

Em relação a férias indenizadas, contempla pagamento referente a acerto de contas, entre outros, de servidores, bem como abono pecuniário de férias pago a magistrados.

Nota3. O valor deduzido a título de "Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais" corresponde aos valores pagos referentes ao Programa de Aposentadoria Voluntária, previsto na Lei nº 18.145/2023, equiparado a incentivos à demissão voluntária, evidenciado devidamente na despesa bruta, garantindo mais transparência da despesa com pessoal do Poder, conforme orientação por meio de consulta à Secretaria do Tesouro Nacional. A despesa foi classificada no elemento 94 - Indenizações e Restituições Trabalhistas, compreendendo a indenização de férias, abono de férias e licença prêmio não gozadas.

Nota4. O montante das contribuições previdenciárias ao RPPS no período de jan/25 a dez/25 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 37.895.689,98, sendo R\$ 10.549.327,72 referente às contribuições superavitárias do FUNAFIN e R\$ 27.346.362,26 referente às contribuições superavitárias do FUNAPREV. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 516.242.657,80, com base nos seguintes saldos:

Valor considerado no período de Jan/25 a Fev/25 e Mai/25 a Dez/25 (período em que as contribuições foram superiores ao total da despesa, sendo o valor deduzido limitado ao total da despesa com inativos e pensionistas, que é integralmente suportada pelos recursos do FUNAFIN)	R\$ 438.336.963,56
Valor considerado no período de Mar/25 a Abr/25 (período em que as contribuições foram inferiores ao total da despesa, sendo o valor da dedução limitada ao total das contribuições relacionadas ao FUNAFIN)	R\$ 77.905.694,22
TOTAL DA DEDUÇÃO	R\$ 516.242.657,78

Nota5. As despesas com 13º salário de ativos, inativos e pensionistas, bem como suas respectivas contribuições, foram consideradas no mês de dezembro/25, em observância ao princípio da competência. Em relação à informação do adiantamento do 13º salário de ativos, já liquidado e pago em maio, publicado no RGF do 2º quadrimestre, foi mantida no mês anteriormente publicado.

Nota6. A Publicação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em virtude das limitações deste sistema, exigiu a redução da escala monetária no detalhamento mensal, comparado ao relatório publicado no sítio da STN/SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br>), e apresenta divergência no formato do formulário publicado no SICONFI.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Liosvaldo Xavier Lopes de Souza

Secretário de Finanças e Contabilidade

Roberto José Marques Pereira

Secretário de Auditoria Interna

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **Janeiro/2025 a Dezembro/2025**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DIPONIB. DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercício Anterior (b)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Do Exercício (c)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercício Anterior (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO CANCELADOS DO EXERC. (g)	EMPENHO NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	7.742.152,10	-	3.004.734,44	-	-	4.737.417,66	-	-	4.737.417,66
Recursos Ordinários - Adm Direta (Tesouro)	7.742.152,10	-	3.004.734,44	-	-	4.737.417,66	-	-	4.737.417,66
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	721.957.535,80	-	22.917.432,60	-	198.847.670,52	500.192.432,68	-	-	500.192.432,68
Recursos do FERM - PJPE (Nota 1)	498.979.278,29	-	18.239.521,74	-	-	480.739.756,55	-	-	480.739.756,55